



Relatório

Corregedoria Geral de Justiça da Paraíba

Uma gestão pronta para orientar e
avançar através do diálogo

biênio 2023 - 2024



COMPOSIÇÃO

Carlos Martins Beltrão Filho
Desembargador / Corregedor-Geral de Justiça

Maria Aparecida Sarmiento Gadelha
Juíza Corregedora – Grupo I

Antônio Carneiro de Paiva Júnior
Juiz Corregedor – Grupo II

Carlos Neves da Franca Neto
Juiz Corregedor – Grupo III

Damião Alves Ferreira
Diretor da CGJ-PB

Thyara Maria da Silva Cassimiro
Chefe de Gabinete

Débora Dalila Tavares Leite
Gerente de Fiscalização Judicial

Sebastião Alves Cordeiro Júnior
Gerente de Fiscalização Extrajudicial

Alberto Marcus Risucci de França Costa
Gerente de Tecnologia da Informação

Ana Lúcia Correia de Lima Cananéa
Coordenadora da CEJA

website: <https://corregedoria.tjpb.jus.br/>

Instagram: @cgj.pb

Texto: Gabriela Fonseca Parente

Revisão: Maria Aparecida Sarmiento Gadelha

SUMÁRIO

Palavras do Corregedor.....	4
A posse.....	5
Inspeções e Correições – Fiscalizar e orientar para melhor servir.....	6
Procedimentos virtuais – correição e autoinspeção.....	8
Semana de Sentenças e Baixa Programada de Processos (SESBAPP).....	9
Dados processuais da CGJ.....	10
Provimentos.....	11
O braço social da Corregedoria.....	12
REURB 2023: o plantio.....	12
Eventos sobre REURB.....	13
REURB 2024: a colheita.....	14
Semana de Mobilização Solo Seguro – Favela.....	16
Semana Nacional do Registro Civil – ‘Registre-se!’.....	17
Dignidade para comunidades vulneráveis.....	18
Projeto Cartório Social – registro e nota de cidadania.....	19
ENCOGE – Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça.....	21
Participação em eventos.....	22
Soluções consensuais e céleres para demandas complexas.....	24
FARPEN.....	25
Medalha de Honra ao Mérito.....	27
Projeto Digitalizar: preservação do acervo de livros dos RCPNs.....	28

Atualização do Código de Normas Extrajudicial da CGJ.....	29
‘Atos e Poesias’ – homenagem à atividade extrajudicial do Estado.....	30
Ações em prol da Execução Penal.....	33
CGJ e CMF: inspeções conjuntas.....	33
Atos conjuntos.....	35
Ressocialização na mira da Corregedoria.....	35
Foco no cumprimento adequado da pena de privação de liberdade.....	36
Educação como ferramenta fundamental.....	38
Casamento coletivo de reeducandos na Capital.....	38
Investimentos em Tecnologia.....	39
Prêmio ‘Corregedoria Ética’ do CNJ.....	41
CEJA – 30 anos de melhorias para a área da Infância e Juventude.....	42
Conclusão.....	45

Palavras do Corregedor

Dois anos; um biênio. O período de tempo é curto, mas nele cabem muitas vivências importantes que marcaram minha vida. Assim vejo minha passagem pela Corregedoria Geral de Justiça no biênio 2023-2024, que encerro com a sensação de dever cumprido e de avanços concretos.

Sou grato por tudo que aprendi ao exercer o comando da missão delegada ao Órgão orientador, fiscalizador e correcional do Tribunal de Justiça da Paraíba. Como Corregedor-Geral de Justiça, busquei sempre ouvir antes de agir; dialogar antes de decidir – estratégia que utilizo ao longo dos 40 anos de minha carreira na magistratura e que, mais uma vez, nos levou a acertos e resultados promissores.

Com a mesma alegria e felicidade com as quais dirigi os trabalhos da CGJ-PB, seguirei por novos passos, cumprindo minha missão a cada oportunidade que se apresentar, comprometido diante da minha própria consciência.

Agradeço a todos e a todas com quem convivi e que colaboraram com os bonitos resultados que alcançamos neste período, cuja parte visível está descrita, a seguir, neste documento. Há, no entanto, uma parte invisível, cheia de sorrisos e partilhas cotidianas – esta levo no coração, junto à nobre saudade que, a partir de agora, permanecerá em mim.

Des. Carlos Martins Beltrão Filho

Corregedor-Geral de Justiça /2023-2024

A POSSE

Fiscalização, orientação e disciplina. Eixos que alicerçam a missão da Corregedoria Geral de Justiça da Paraíba (CGJ-PB), comandada, no biênio 2023-2024, pelo desembargador Carlos Martins Beltrão Filho. O magistrado tomou posse no cargo de Corregedor-Geral de Justiça do TJPB no dia 1º de fevereiro de 2023, integrando a Mesa Diretora eleita para conduzir o Judiciário estadual paraibano no referido período, ao lado do desembargador João Benedito da Silva (Presidente do TJPB) e do desembargador Marcos William de Oliveira (Vice-Presidente), posteriormente substituído, em razão de aposentadoria compulsória, pela desembargadora Maria das Graças Moraes Guedes.



Mesa Diretora do TJPB eleita para o biênio 2023-2024

A partir do dia 2 de fevereiro de 2023, teve início na Corregedoria Geral de Justiça da Paraíba uma gestão que viria a ser marcada pelo êxito e pelo diálogo, tanto na atuação junto às unidades judiciárias, quanto no aperfeiçoamento da relação com o Extrajudicial do Estado.



Aparecida Gadelha, Carlos Neves e Antônio Carneiro

Para compor a equipe do desembargador-corregedor do TJPB, somaram-se aos trabalhos a magistrada Maria Aparecida Sarmiento Gadelha e os magistrados Carlos Neves da Franca Neto e Antônio Carneiro de Paiva Júnior, que atuaram no biênio como Juízes Corregedores, responsáveis pelas atribuições dos Grupos I, II, e III da Corregedoria-Geral de Justiça da Paraíba.

INSPEÇÕES E CORREIÇÕES – Fiscalizar e orientar para melhor servir

Inspeção

A primeira inspeção realizada pela CGJ-PB ocorreu na Capital paraibana no dia 21 de fevereiro de 2023, mês em que fora iniciada a gestão. Na sequência, houve inspeção na Comarca de Soledade (27 e 28 de fevereiro) Bananeiras (7 e 8 de março) e Mamanguape (17 de março).

Em 2024, a Corregedoria inspecionou algumas unidades extrajudiciais que se encontravam sob interinidade, a exemplo do Cartório do Registro de Imóveis de Campina Grande (29 de janeiro) e do Tabelionato de Notas e Ofício de Registro de Imóveis de Cabedelo (6 de fevereiro).

Correição

Em março de 2023, foram deflagrados os trabalhos correccionais pelo Estado da Paraíba, observando o cumprimento do Código de Normas Judicial da CGJ, que preconiza a obrigatoriedade de, no mínimo, seis Correições Gerais Ordinárias anuais realizadas de forma presencial.

No biênio, foram realizadas **15 correições**, das quais oito ocorreram no ano de 2023 nas Comarcas de: Jacaraú (20 a 24 de março), Gurinhém (10 a 14 de abril), São João do Rio do Peixe (15 a 19 de maio), Boqueirão (26 a 30 de junho), Itaporanga (24 a 28 de julho), Coremas (15 a 18 de agosto), Catolé do Rocha (11 a 15 de setembro) e Sumé (16 a 20 de outubro).

Em 2024, os trabalhos correccionais foram realizados nas Comarcas de Cabedelo (26 de fevereiro a 8 de março), Santa Rita (1º a 12 de abril) Bayeux (3 a 14 de junho) Piancó (15 a 19 de julho), Araruna (26 a 30 de agosto), Areia (9 a 13 de setembro) e Princesa Isabel (11 a 14 de novembro).

Na seara judicial, as correições contemplaram a emissão e o acompanhamento de provimentos; avaliação da estrutura e da prestação jurisdicional; análise de processos (eletrônicos e físicos por amostragem), livros, e sistemas utilizados; inspeção nos arquivos, depósitos e cofres dos fóruns; orientações às unidades judiciárias, por meio de reuniões especializadas com toda a equipe das Varas, da Diretoria, além dos Oficiais de Justiça.



Des. Beltrão abre correição na Comarca de Piancó



CGJ no Conselho Tutelar de Princesa Isabel

Além da fiscalização e da orientação aos serviços prestados pela Justiça nas comarcas, os membros da Corregedoria estabeleceram diálogos com gestores locais e realizaram visitas institucionais a equipamentos diversos que funcionam de forma articulada com o Poder Judiciário, como Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), Centro de Referência da Assistência Social (Cras), Conselhos Tutelares, Centros de Atenção Psicossocial (Caps), Casas de Acolhida, Cadeias Públicas, Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf), entre outros.

No foro extrajudicial, as correições alcançaram um total de 98 serventias, das quais, a maioria recebeu a visita dos magistrados da Corregedoria, fortalecendo a aproximação entre o Judiciário e o Extrajudicial. A equipe da Gerência de Fiscalização Extrajudicial da CGJ realizou a análise de aspectos diversos das serventias, entre eles: estrutura física, regularidade dos atos, utilização dos sistemas adequados, cumprimento de provimentos, cobrança de emolumentos, recolhimentos e controle financeiro, integração e remessa de informações a órgãos e centrais, prestação de contas dos interinos e outros.



PROCEDIMENTOS VIRTUAIS – Correição e Autoinspeção

No primeiro semestre de 2023, foi realizada a Correição Geral Ordinária das Serventias Extrajudiciais, na modalidade virtual, com início no dia 3 de março de 2023 e encerramento no dia 15 de maio do mesmo ano. O procedimento foi viabilizado por meio de questionário disponibilizado no sistema FiscCGJ, acessado através da página da Corregedoria Geral de Justiça (<https://corregedoria.tjpb.jus.br/>).

Também foram realizadas **Correições Virtuais** em todas as unidades judiciárias do Estado (com exceção das que foram e/ou seriam corregionadas presencialmente naquele ano). O procedimento foi aplicado em 2023 no período de 15 a 31 de agosto (prorrogado até o dia 11 de setembro). E em 2024, de 23 de agosto a 9 de setembro.

Ainda via formulário eletrônico, ocorreram duas edições da **Autoinspeção Virtual** em todas as unidades judiciárias do Estado. Em 2023, o procedimento ocorreu no prazo de 15 de junho a 15 de julho. Já em 2024, o formulário foi disponibilizado no dia 28 de junho até 15 de julho.



A Autoinspeção Virtual é um procedimento obrigatório e anual, previsto no Código de Normas Judiciais da CGJ (artigo 19 –A), que consiste numa coleta anual de dados de todas as unidades judiciárias para uma análise aprofundada do funcionamento de cada uma delas.

As informações prestadas versam sobre acervo da unidade, quantitativo de processos paralisados há mais de 100 dias, processos conclusos com excesso de prazo (despacho, decisão e julgamento), além de campo disponível para irregularidades encontradas.

SESBAPP - Semana Estadual de Sentenças e Baixa Programada de Processos

Duas edições da Semana Estadual de Sentenças e Baixa Programada de Processos (Sesbapp) ocorreram durante 2023. Na primeira edição (de 2 a 5 de maio), foram registrados no Painei PJe 7.300 arquivamentos, (número maior que a média semanal verificada, que é de 4.050 feitos arquivados) e 5.864 sentenças proferidas.

A segunda edição (de 2 a 6 de outubro de 2023) registrou um total de 9.838 processos arquivados. A média semanal era de 4.660, o que significou uma elevação de 111% no número de arquivamentos naquela Semana. O Painei registrou, ainda, 7.132 sentenças.

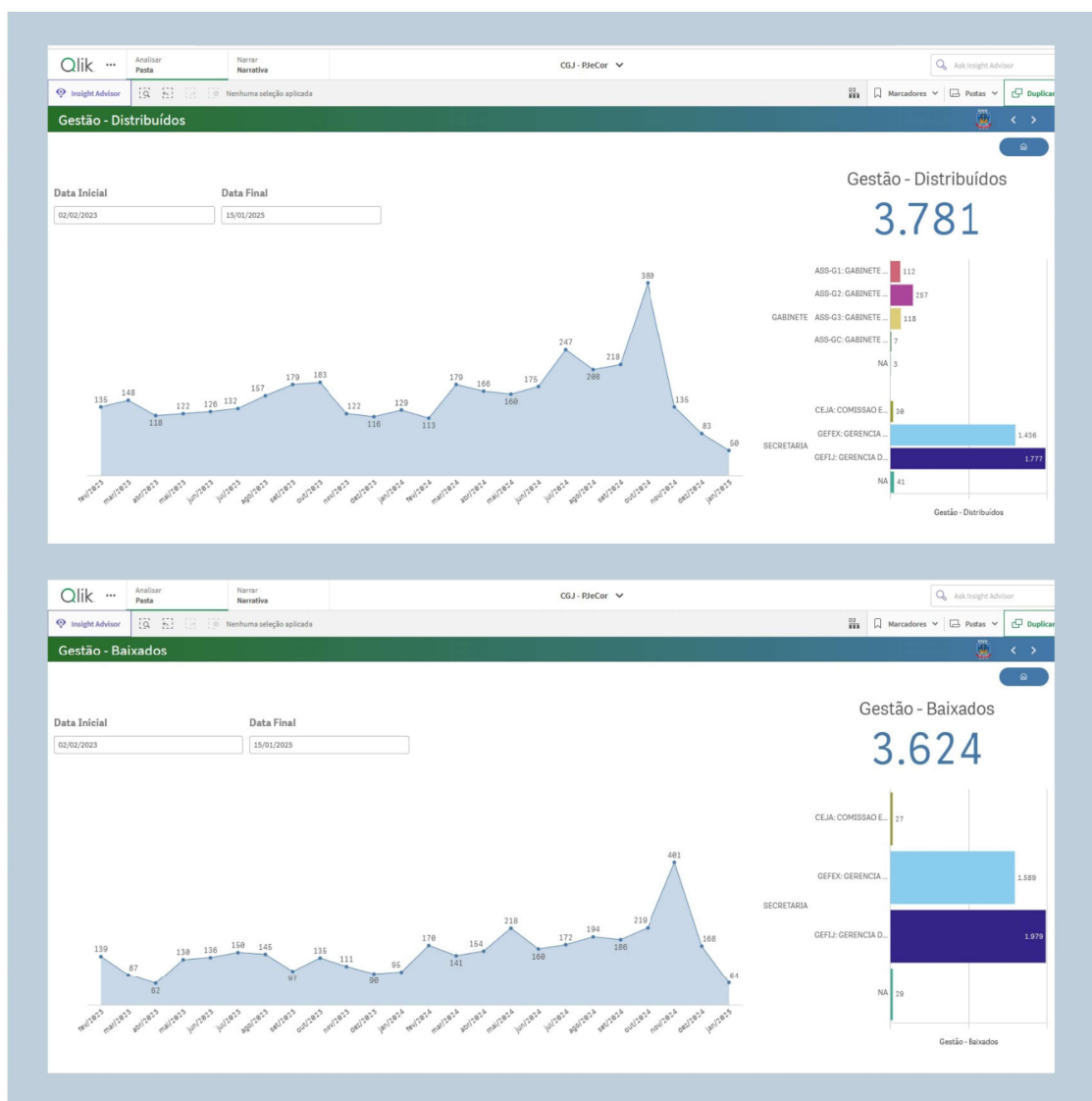
Em 2024, apenas uma edição da Sesbapp foi realizada, no período de 6 a 10 de maio, com um total de 6.618 processos sentenciados e de 3.183 arquivamentos no período.

A Sesbapp foi instituída pela Resolução Conjunta TJPB/CGJ nº 02/2021 com o intuito de estimular uma melhor gestão dos feitos pelas unidades e impulsionar os arquivamentos, promovendo, assim, o aumento da produtividade, a redução da taxa de congestionamento e o alcance às metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), devendo, preferencialmente, ser realizada duas vezes ao ano.



DADOS PROCESSUAIS DA CGJ

De acordo com dados extraídos do PJeCOR, no período compreendido entre 2 de fevereiro de 2023 e 15 de janeiro de 2025, a Corregedoria Geral de Justiça da Paraíba registrou um total de **3.781 processos distribuídos** e julgou **3.624 feitos**, entre Pedidos de Providências, Procedimentos Administrativos Disciplinares (PADs), processos administrativos, sindicâncias e outros tipos.

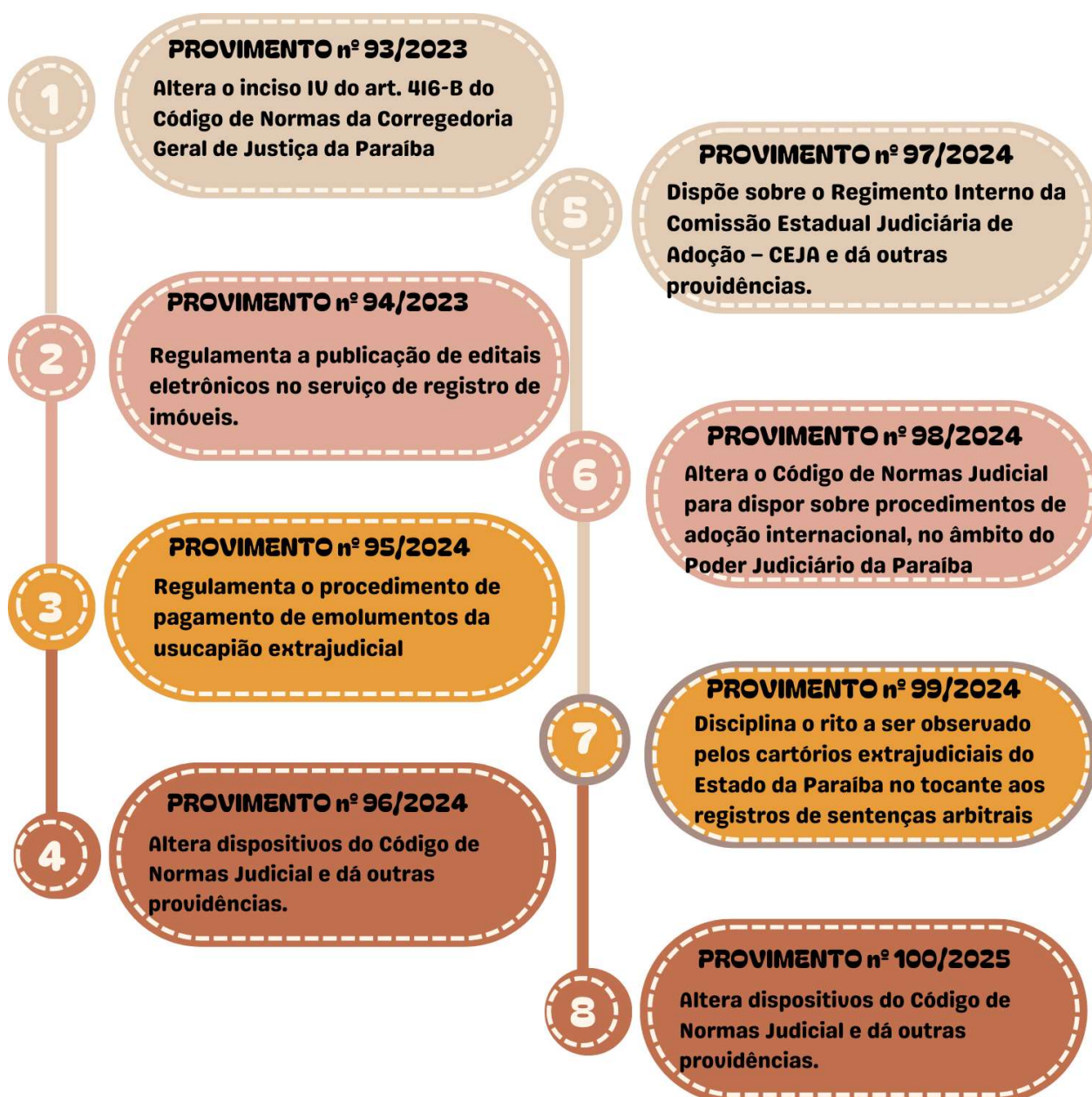


Dados extraídos do PJeCOR

No dia 15 de janeiro de 2024, a dezesseis dias do encerramento da gestão, o acervo processual da CGJ-PB era de **863 processos**.

PROVIMENTOS

A Corregedoria Geral de Justiça da Paraíba editou um total de oito provimentos no período, que estão disponíveis no site da CGJ, na aba ‘Legislação’. O primeiro foi publicado no dia 6 de março de 2023 e o último, no dia 30 de janeiro de 2025.



O BRAÇO SOCIAL DA CORREGEDORIA

REURB 2023: o plantio

Uma das ações que ganhou destaque durante os dois anos de trabalhos foi o estímulo à Regularização Fundiária de Interesse Social (Reurb) junto aos municípios e aos cartórios de Registro de Imóveis da Paraíba. O fomento à regularização foi feito por meio de reuniões entre integrantes da Corregedoria e gestores públicos municipais, que receberam do órgão fiscalizador do Judiciário informações sobre como impulsionar o procedimento, por meio do qual se garante o direito à moradia para aqueles que residem em assentamentos informais sem a devida regularização.

Em 2023, a CGJ tratou sobre a matéria com representantes das Prefeituras dos Municípios de Alagoinha, (30 de agosto); Pitimbu, (18 de setembro), Junco do Seridó, (6 de outubro); Araruna, (13 de novembro); Ibiara, e Pedra Branca, (21 de novembro) e 18 municípios do Vale do Piancó (18 de dezembro).



Reunião de estímulo à Reurb no Vale do Piancó

Eventos sobre REURB

O fomento à Reurb também foi feito via seminários sobre a matéria realizados em diversas regiões do Estado, por meio da parceria estabelecida com a Associação dos Notários e Registradores do Estado (Anoreg-PB) para difusão de aspectos gerais da Lei 13.465/2017.

Os seminários buscaram esclarecer conceitos relacionados à Reurb, procedimentos, o papel do registrador e da gestão municipal, os benefícios para o município, para a população e cartórios, entre outros aspectos. Também foram apresentadas boas práticas executadas no Estado.

O primeiro seminário ocorreu no Município de Cubati, no dia 15 de junho de 2023, alcançando registradores de imóveis da Região do Seridó/Curimataú, assim como advogados, gestores municipais e assessores dos municípios de Cuité, Nova Floresta, Barra de Santa Rosa, Damião, Sossego, Soledade, Cubati, Olivedos, São Vicente do Seridó, Picuí, Baraúna, Frei Martinho, Nova Palmeira e Pedra Lavrada.

No dia 3 de julho de 2023, CGJ, Anoreg e Secretaria de Estado de Administração promoveram o I Simpósio de Regularização de Registro de Imóveis Públicos para debater questões atuais relacionadas ao tema. O evento foi realizado no Auditório da Escola Superior da Magistratura (Esma) em João Pessoa-PB.

No dia 24 de agosto do mesmo ano, o corregedor-geral de Justiça da Paraíba, desembargador Carlos Beltrão, participou da abertura do Encontro Nacional Reurb, em João Pessoa-PB, e integrou a primeira mesa dos debates, com tema 'A experiência da Reurb na Paraíba', ao lado da diretora da Companhia Estadual de Habitação Popular da Paraíba (Cehap-PB), Emília Correia Lima, e do presidente da Anoreg-PB, Carlos Ulysses de Carvalho Neto.

No dia 13 de setembro de 2023, mais uma edição do Seminário CGJ/Anoreg foi promovido, desta vez, no Município de São José de Piranhas. O evento envolveu registradores e gestores públicos dos Municípios de Bernardino Batista, Triunfo, Poço José de Moura, Santa Helena, São João do Rio do Peixe, Bom Jesus, Cachoeira dos Índios, Cajazeiras, São José de Piranhas, Carrapeteira, Monte Horebe, Bonito de Santa Fé, Serra Grande, Itaporanga, São José de Caiana, Diamante, Boa Ventura, Curral Velho e Pedra Branca.



Seminário sobre REURB no Município de
São José de Piranhas

REURB 2024: A colheita

Em 2024, a CGJ visualizou o resultado do trabalho de fomento à regularização fundiária promovido em 2023. Os membros da Corregedoria participaram de solenidades nas quais testemunharam alegrias e sorrisos com as entrega dos títulos de propriedade, após a implantação da Reurb em diversos municípios do Estado.

Em maio de 2024, o corregedor-geral de Justiça, desembargador Carlos Beltrão, participou da entrega de títulos de regularização de imóveis nos municípios de São João do Rio do Peixe e São José de Piranhas, ambos no Sertão da Paraíba.

No dia 17 de junho de 2024, foram entregues as primeiras escrituras de imóveis a famílias residentes no Bairro Tambor, no Município de Itapororoca (termo da Comarca de Mamanguape), em solenidade promovida pela Prefeitura local, com a participação da Corregedoria Geral de Justiça do TJPB, que incentivou e mediu os processos iniciais para a regularização fundiária no local.



Entrega de títulos de propriedade em Itapororoca



*Entrega de títulos na Comarca de Pitimbu
com participação da CGJ*

Já na Comarca de Pitimbu, as primeiras entregas de títulos de propriedade (escrituras) ocorreram no dia 2 de julho de 2024, em evento realizado pela Prefeitura local, também com a participação da Corregedoria, da Anoreg e das associações dos bairros envolvidos.

Os primeiros beneficiados com o Programa lançado no ano anterior foram moradores da Vila José Maria Ribeiro e da Vila Garoupa.

“

Esta solenidade de entrega dos títulos através da Reurb demonstra a importância da ação conjunta entre Corregedoria, Prefeitura, Cartório de Registro de Imóveis e comunidade beneficiada. Mais uma ação de cidadania, que se expande por todo o Estado.

(Corregedor-Geral, Des. Carlos Beltrão)

Semana de Mobilização 'SOLO SEGURO – FAVELA'

Ainda no tocante à promoção da Reurb, no dia 6 de junho de 2024, a Corregedoria Geral de Justiça promoveu a primeira ação dentro do Programa 'Solo Seguro – Favela', do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em reunião realizada na Associação Amigas Solidárias, dentro da Comunidade Aratu, situada no Bairro Mangabeira VIII, em Pessoa.



Corregedor apresenta o 'Solo Seguro' na Comunidade Aratu

Com abertura feita pelo corregedor-geral, desembargador Beltrão, o evento reuniu representantes da Procuradoria Geral do Município, da Associação dos Notários e Registradores da Paraíba (Anoreg), da Associação dos Registradores de Imóveis (ARI), da Companhia Estadual de Habitação Popular (Cehap), da Secretaria de Habitação do Município, da UFPB para um diálogo com moradores e líderes comunitários sobre o projeto e suas fases.

O Solo Seguro visa beneficiar a população da comunidade com a entrega dos títulos de registro imobiliário, promovendo, assim, a regularização fundiária na localidade. Também busca, por meio do mapeamento local, levar equipamentos públicos para melhor atender as pessoas que ali residem e que sofrem com a inexistência de postos de saúde, creches, escolas, entre outros serviços essenciais.

A Corregedoria é o órgão que coordena o Programa em todos os Estados e, na Paraíba, o juiz corregedor Antônio Carneiro foi responsável pelo trabalho.

“

Há aqui um deserto de direitos, que precisa ser modificado. A regularização proposta não é somente do solo e do imóvel, mas de condições de habitabilidade. Envolve cidadania e dignidade.

(Juiz Corregedor Antônio Carneiro)



Representantes dos órgãos envolvidos no Programa e membros da Comunidade

SEMANA NACIONAL DO REGISTRO CIVIL – ‘REGISTRE-SE!’



Uma importante ação de alcance social – a **Semana Nacional do Registro Civil ‘Registre-se!’** – foi promovida pela Corregedoria Geral de Justiça da Paraíba em parceria com órgãos diversos no período de 8 a 12 de maio de 2023. Na Paraíba, o evento teve o objetivo de fornecer, de forma gratuita, certidão de nascimento e outros documentos básicos a pessoas em situação de rua da Capital paraibana.



Atividades do 'Registre-se' na Funescc

A Semana ‘Registre-se!’ foi realizada na Fundação Espaço Cultural José Lins do Rêgo (Funescc), em João Pessoa, e deu cumprimento ao Provimento nº 140 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabeleceu, no âmbito do Poder Judiciário, o ‘Programa de Enfrentamento ao Sub-registro Civil e de Ampliação ao Acesso à Documentação Básica por Pessoas Vulneráveis’ e instituiu as diretrizes da Semana Nacional.

Antes do evento, a Corregedoria reuniu, previamente, todos os atores envolvidos com a Semana, entre eles, a Associação dos Notários e Registradores do Estado (Anoreg), Associação dos Registradores das Pessoas Naturais da Paraíba (Arpen), Ministério Público estadual, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano (SEDH), Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Casa da Cidadania (SEDHUC), Funesc, Polícias Civil e Militar, Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PB), Hospital Padre Zé e Ação Social Arquidiocese.

Também houve visitas realizadas pelo juiz corregedor Antônio Carneiro e equipe à Casa Banho Cidadão e ao Centro de Referência Especializado para a População de Rua (Centro Pop I) para esclarecer as pessoas em situação de rua sobre a importância da documentação para a aquisição de direitos nos campos da empregabilidade, da saúde e da educação, entre outros aspectos relacionados à dignidade.

Ao final da Semana, foi emitido um total de 126 certidões de Registro Civil e realizados atendimentos pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB) para atualização e primeira via do título de eleitor. Houve, ainda, 88 carteiras de identidade emitidas, 55 atendimentos feitos pela Defensoria Pública, 34 pela Receita Federal e 36 pelo Cadastro Único para encaminhamento a programas do Governo.



Ações da Semana apresentadas no Centro Pop I

Dignidade para comunidades vulneráveis



Indígenas de Conde participam da Semana

Em 2024, a 2ª edição da **Semana Nacional do Registro Civil: Registre-se!**, ocorreu no período de 13 a 17 de maio, voltada, principalmente, a erradicar o sub-registro entre as populações indígena, quilombola, carcerária e de migrantes, ampliando-lhes, ainda, o acesso à documentação civil básica.

Nas Comarcas de Rio Tinto e Conde, a ação trouxe como novidade aos indígenas da região a possibilidade de inserir no registro de nascimento a etnia à qual pertencem. No dia 7 de outubro de 2024, foram entregues **584**

certidões de registro civil de nascimento a pessoas indígenas e quilombolas do Município de Conde. Outras **368**, ficaram disponíveis para retirada no Cartório do Ofício de Conde, totalizando o atendimento a uma demanda de **952** certidões solicitadas.

Na Capital, os trabalhos da Semana ocorreram novamente na Fundação Espaço Cultural, onde, por meio de encaminhamento da Secretaria de Desenvolvimento Humano, foram atendidas pessoas em situação de rua e refugiados venezuelanos pertencentes à etnia Warao. A ação também ocorreu dentro de unidades prisionais, beneficiando a população carcerária de João Pessoa e da Penitenciária Regional Raimundo Asfora, em Campina Grande.

PROJETO CARTÓRIO SOCIAL – Registro e Nota de Cidadania



Lançamento do Projeto Cartório Social na sede da CGJ

Diante da capilaridade das serventias extrajudiciais pelo Estado, a Corregedoria Geral de Justiça da Paraíba lançou, em outubro de 2024, o Projeto **Cartório Social** para promover, através dos cartórios, ações sociais efetivas.

A ideia é que as unidades cartorárias integrantes do Projeto funcionem, também, como Centros de Cidadania, em defesa de questões inerentes à dignidade humana, entre elas: tratamento das desigualdades sociais e econômicas; educação; formação

profissional; rede de proteção da população infantojuvenil; violência doméstica; enfrentamento do racismo estrutural, entre outras.

A Corregedoria, com a colaboração dos órgãos e instituições, através de parcerias, fomentará o Cartório Social para que os agentes recebam formações específicas para desenvolver atividades inerentes ao campo de atuação escolhido.

O Projeto foi desenvolvido com a colaboração das entidades representativas da classe do Estado: Associação dos Notários e Registradores (Anoreg-PB), Associação dos Registradores Cíveis de Pessoas Naturais (Arpen-PB), Associação dos Registradores de Imóveis (ARI-PB), Conselho Notarial do Brasil, seccional Paraíba (CNB-PB) e Instituto de Estudos e Protestos de Títulos (IEPTB – PB).

Gestão do Cartório Social – A CGJ e as entidades promoventes formam o Conselho Gestor, que se reunirá mensalmente para traçar diretrizes, aprovar projetos estratégicos e deliberar acerca de questões relativas ao Cartório Social. O Projeto prevê que, anualmente, o Conselho Gestor publicará o Prêmio “Tabellio”, como forma de reconhecer as unidades que mais se destacarem.

***“Temos uma estruturada rede de cartórios, com potencial para contribuir com destacadas causas sociais que exigem a pronta intervenção de todos”.
(Des. Carlos Beltrão)***



***“Os cartórios podem viabilizar o primeiro emprego; incentivar os Programas de apadrinhamento de adolescentes aptos à adoção; realizar palestras educativas, entre outras tantas ações em prol da cidadania”.
(Juiz Antônio Carneiro)***

ENCOGE – Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça

Durante o ano de 2023, os membros da CGJ-PB estiveram em duas edições do Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça (Encoge). O 91º Encoge ocorreu de 24 a 26 de maio, na cidade de Porto Alegre (RS), com tema ‘As Corregedorias Gerais da Justiça e as demandas sociais estratégicas’, sendo o último dia dedicado à 3ª Reunião do Fórum Fundiário Nacional das Corregedorias Gerais de Justiça.

Já o 92º Encoge foi realizado em São Luís (MA) no período de 4 a 6 de outubro, com o tema central ‘Justiça Para Todos: Estratégias Inovadoras para uma Sociedade Pacífica e Inclusiva’. No último dia ocorreu a reunião do Fórum Fundiário Nacional (FFN) - “Governança Fundiária Sustentabilidade e Multiculturalismo”.



Equipe da CGJ-PB com o corregedor-geral da CGJ-MA Froz Sobrinho



Em 2024, o 93º Encoge e o 5º Fórum Fundiário Nacional foram realizados de 24 a 26 de abril, em Palmas (TO), com tema ‘Corregedorias dos Tribunais de Justiça: Diálogos, Transparência e Inovação para Solução de Conflitos’. Pela CGJ-PB, participaram o corregedor-geral de Justiça, desembargador Carlos Beltrão e o juiz corregedor Antônio Carneiro.

Em Manaus (AM), de 20 a 22 de novembro, o 94º Encoge abordou o tema “A função social das Corregedorias Gerais de Justiça:

Estratégias e Tecnologias para a promoção dos direitos fundamentais e gestão de questões ambientais e fundiárias” e também contou com a presença dos integrantes da CGJ-PB.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

O corregedor-geral de Justiça da Paraíba, desembargador Carlos Beltrão e os juízes corregedores Antônio Carneiro, Carlos Neves e Aparecida Gadelha, tiveram participação ativa em inúmeros eventos, entre seminários, congressos e fóruns, demonstrando o compromisso da gestão com a discussão constante de matérias relevantes na atualidade.



Seminário sobre LGPD no CNJ

No dia 30 de março de 2023, o juiz corregedor Antônio Carneiro de Paiva Júnior participou do **Seminário ‘A LGPD nos Cartórios’**, promovido pela Corregedoria Nacional de Justiça em Brasília-DF para discutir ajustes relacionados à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Nos dias 27 e 28 de abril, o corregedor-geral de Justiça da Paraíba, desembargador Carlos Beltrão, e o juiz corregedor Antônio Carneiro compareceram ao **Seminário Nacional das Diretrizes Voluntárias para a Governança Responsável da Terra (DVGT) e a**

Regularização Fundiária na Região da Amazônia Legal. O evento foi promovido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO-ONU), Fórum Nacional Fundiário e Poder Judiciário do Maranhão, por meio da Corregedoria Geral de Justiça (CGJ/MA).

Nos dias 14, 15 e 16 de junho, o corregedor-geral de Justiça da Paraíba, desembargador Carlos Beltrão, e a juíza corregedora do Estado, Aparecida Gadelha, respectivamente, presidente e secretária-executiva da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja) da CGJ-PB, participaram da **24ª reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras para Adoção Internacional de Crianças e Adolescentes (CACB)**, em Porto Alegre (RS). O Conselho é o órgão colegiado que avalia periodicamente o trabalho das Autoridades Centrais dos Estados Federados e do Distrito Federal, no caso, as Cejas.

No dia 24 de agosto, a juíza corregedora da Paraíba, Aparecida Gadelha, participou, de forma virtual, do **7º Fórum Nacional das Corregedorias (Fonacor)**, realizado pela Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ, em Brasília-DF.

De 8 a 10 de novembro, o corregedor-geral de Justiça da Paraíba, desembargador Carlos Beltrão, e o juiz corregedor Antônio Carneiro compareceram ao **‘Encontro Mundial do Notariado & do XXV Congresso Notarial Brasileiro’**, em Brasília (DF). Promovido pelo Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB/CF), em parceria com a União Internacional do Notariado Latino (UINL) e a Comissão de Assuntos Americanos (CAAm).

Já nos dias 23 e 24 de novembro, a Corregedoria Geral de Justiça e a Anoreg-PB realizaram o **I Encontro de Magistrados, Notários e Registradores da Paraíba**. Os trabalhos se deram no Pleno do Tribunal de Justiça da Paraíba.



Encontro de magistrados e notários

Nos dias 29 e 30 de novembro, a juíza corregedora Aparecida Gadelha esteve presente na **Conferência Latino-americana de Adoção Internacional**, em Brasília. A iniciativa foi do Ministério da Justiça e Segurança

Pública, por meio da Autoridade Central Administrativa Federal do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídico Internacional (Acaf/DRCI).

Também em Brasília, nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro, o corregedor-geral de Justiça da Paraíba, desembargador Carlos Beltrão, e o juiz corregedor Antônio Carneiro marcaram presença no **XXIII Congresso Brasileiro de Direito Notarial e Registral da Anoreg/BR** e na **VI Conferência Nacional dos Cartórios da Confederação Nacional de Notários e Registradores (VI Concart)**, ocasião em que o desembargador-corregedor foi homenageado pela Anoreg-BR.



A Corregedoria da Paraíba participou do **20º Encontro Convergência 2024** promovido pelo Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil (IEPTB), de 25 a 27 de setembro, em Belo Horizonte (MG). Na ocasião, o corregedor-geral da Paraíba foi condecorado com a Medalha de Honra ao Mérito “Léo Barros Almada”, concedida pelo IEPTB.



Evento de incentivo à doação de órgãos no Shopping Manaíra

No dia 19 de outubro de 2024, a Corregedoria apoiou e marcou presença no lançamento da Campanha nacional ‘**Jornada Notarial 2024: AEDO Dia D**’, ação de incentivo à doação de órgãos, realizada pelos tabelionatos de notas. Em João Pessoa, o evento foi realizado no térreo do Shopping Manaíra, na Capital paraibana.

O corregedor-geral de Justiça, desembargador Carlos Beltrão e o juiz corregedor Antônio Carneiro também participaram do ‘**I Encontro Integrado de Direito Notarial e de Registro do Estado da Paraíba**’, realizado no dia 1º de novembro, no auditório do Hotel Manaíra, em João Pessoa. O evento foi direcionado para notários e registradores, com vistas a

proporcionar integração e aprimoramento do conhecimento entre profissionais do setor, com foco na troca de experiências e no avanço das práticas notariais e registrais no Estado.

Soluções consensuais e céleres para demandas complexas

A mediação e a conciliação foram práticas recorrentes e eficazes que finalizaram, de maneira satisfatória, muitas demandas que chegaram à Corregedoria durante o biênio. Deste trabalho, originaram-se dois **Termos de Ajustamento de Conduta (TACs)** firmados entre os Municípios de João Pessoa e de Santa Rita, a partir de audiências de conciliação promovidas pelo juiz corregedor Antônio Carneiro.



Assinatura do TAC pelo desembargador Beltrão

O primeiro TAC foi assinado em solenidade no dia 19 de fevereiro de 2024, com o objetivo de promover a regularização do Loteamento Jardim das Palmeiras, que foi aprovado pelo município de Santa Rita, mas que se encontrava inserido dentro dos limites territoriais da Capital

paraibana. O segundo, regularizou o Loteamento Cidade Viva, que apresentava situação semelhante, e foi assinado no dia 29 de outubro de 2024.

“

A Corregedoria mediu a construção de uma solução com participação de procuradores, secretários, titulares dos Registros Imobiliários e membros do MPPB. Solucionamos, de forma dialogada, uma questão que poderia levar muito tempo para ser resolvida pela via judicial.

(Juiz-Corregedor Antônio Carneiro)

FARPEN – Fundo de Apoio ao Registro de Pessoas Naturais

Durante o biênio 2023/2024, foram realizadas **24 reuniões ordinárias e mensais** pelos membros do Conselho Gestor do Fundo de Apoio ao Registro das Pessoas Naturais (Farpen) para acompanhamento da arrecadação e dos repasses feitos pelo Fundo, para apreciação e homologação dos relatórios da prestação de contas das serventias e para deliberação sobre medidas relacionadas ao funcionamento e aprimoramento do Extraudicial do Estado.

Com recursos do Fundo, é feita a contraprestação às serventias pelos atos gratuitos praticados pelos Registros Cíveis de Pessoas Naturais do Estado (RCPNs), como certidões de nascimento e óbito, reconhecimento de paternidade, segundas vias, natimortos, entre outros.

A primeira reunião do biênio (201ª do Conselho) ocorreu no dia 13 de fevereiro de 2023, ocasião em que foram proferidas as boas-vindas ao novo presidente do Órgão, o corregedor-geral de Justiça da Paraíba, desembargador Carlos Martins Beltrão Filho, bem como foram analisados e homologados relatórios de prestação de contas das serventias de todo o Estado.

Na 204ª reunião, realizada no dia 12 de maio de 2023, o Conselho decidiu expedir orientação aos cartórios do Registro Civil de Pessoas Naturais (RCPNs) para que a categoria viesse a destinar, dos valores recebidos pelo Fundo, 4% à Associação dos Notários e Registradores do Estado (Anoreg) e

1% à Associação dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen) para cobertura de despesas com a manutenção de sistemas e atividades necessárias à sua operacionalização. A orientação visou ao cumprimento do parágrafo 2º do artigo 5º da Lei 12.510/2022, que assegurou a Renda Mínima no valor de R\$ 10 mil para as referidas serventias.



Reunião do Conselho Gestor

No dia 27 de novembro, durante a 1ª reunião extraordinária do Conselho realizada na gestão, o Conselho Gestor do Farpen discutiu e aprovou o repasse no valor de R\$ 6 mil, em dezembro/2023, para os registradores civis a título de investimento em melhorias para a serventia. O valor foi destinado ao custeio do aprimoramento da atividade cartorária – equipamentos, mobiliário, manutenção ou benfeitorias relacionadas ao ambiente de trabalho.

A 211ª e última reunião de 2023 ocorreu no dia 11 de dezembro, ocasião em que foi aprovado o Projeto ‘Casamento Cidadão’, que permitiu ao registrador civil ofertar o casamento civil à população carente da cidade, desde que um dos nubentes esteja cadastrado no ‘Cadastro Único’ ou ‘Loas’. A proposta apresentada pela Arpen-PB incluiu o casamento, as certidões necessárias e as comunicações às serventias, atos e ações que passaram a se indenizados pelo Fundo, conforme decisão do Conselho Gestor.

Na 213ª reunião (16 de fevereiro de 2024), o Conselho deliberou sobre o ressarcimento do ato gratuito do casamento, para fins de execução do Projeto Casamento Cidadão.

Durante a 219ª reunião do Conselho do Farpen (15 de agosto de 2024), iniciaram-se os debates em torno de medidas para viabilizar a digitalização e a indexação do acervo de todos os cartórios extrajudiciais do Estado, com vistas a dar cumprimento ao Provimento nº 74/2018 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O repasse no valor de R\$ 8 mil reais para fins de estruturação das serventias de registro civil, (nos moldes realizados em 2023) foi aprovado, por unanimidade, pelo Conselho Gestor na 221ª reunião, no dia 14 de outubro de 2024. O pagamento foi autorizado para dezembro daquele ano, com exclusão das serventias que, até o dia 15 de novembro, não tivessem prestado contas do benefício recebido no ano anterior.

Já na 222ª reunião do Conselho, (18 de novembro de 2024) foi aprovado, por unanimidade, o aumento do valor da Renda Mínima paga aos RCPNs para R\$ 13 mil, com vigência a partir daquele mês. Os presentes também decidiram iniciar um projeto-piloto, financiado pela Anoreg, para

digitalização e indexação do acervo de serventias sem capacidade financeira para execução da medida.

Na 223ª reunião (13 de dezembro de 2024), foi aprovado o ressarcimento integral aos RCPNs dos valores relativos às segundas vias requisitadas pelo Juiz, pelo Promotor de Justiça ou pelo Defensor Público – medida aprovada com vigência a partir de janeiro/2025.

Na 224ª e última reunião, o Conselho apreciou o pleito apresentado pela Arpen relacionado às comunicações que precisam ser feitas à Central de Registro Civil (CRC) a respeito dos atos de registro civil correspondentes ao período de 2005 a 2010, em atendimento às exigências do CNJ. Os membros deliberaram pelo ressarcimento gradual, de forma que cada ano seja ressarcido por mês.

Houve, ainda, solenidade para entrega de Medalhas ao corregedor-geral de Justiça, desembargador Carlos Beltrão, ao juiz corregedor Antônio Carneiro, aos presidentes da Anoreg e da Arpen, Carlos Ulysses e Vivianne Braga, e ao procurador do Município de João Pessoa, Sérgio de Melo.

Medalha de Honra ao Mérito

A entrega da Medalha de Honra ao Mérito “Desembargador Raiff Fernandes de Carvalho Júnior”, foi concedida em nome do Conselho Gestor do Farpen pela contribuição dos homenageados para o engrandecimento do instituto do Registro Civil de Pessoas Naturais.



“A honraria faz referência a um grande jurista, fundador do Farpen, que me deu a oportunidade de estar nessa Corregedoria há 20 anos e me presenteou com lições importantes para os meus 40 anos de magistratura.

(Des. Carlos Beltrão)

“As reuniões do Farpen me fizeram testemunhar histórias de avanços para os registradores civis. Sou feliz por contribuir, mesmo que de forma modesta, com a atividade extrajudicial do Estado.”

(Juiz Antônio Carneiro)

PROJETO DIGITALIZAR: Preservação do acervo de livros dos RCPNs

A Corregedoria Geral de Justiça da Paraíba, a Associação dos Notários e Registradores do Estado (Anoreg-PB) e a Associação dos Registradores Civis de Pessoas Naturais (Arpen-PB) deram as mãos para viabilizar mais uma ação em prol do fortalecimento da atividade extrajudicial: a digitalização do acervo das serventias. Por meio do **Projeto Digitalizar**, nove cartórios tiveram seus livros digitalizados e indexados.



No dia 7 de novembro de 2024, o corregedor-geral de Justiça desembargador Carlos Beltrão, e o juiz corregedor Antônio Carneiro se reuniram na sede da Anoreg-PB com o presidente da entidade, Carlos Ulysses de Carvalho Neto, e com a presidente da Arpen, Vivianne Braga, para tratar sobre ajustes do projeto e visualizar a execução do trabalho.

CGJ verifica trabalho de digitalização dos livros

“

Temos livros bastante deteriorados e estamos buscando a digitalização há muito tempo. Acredito que toda a categoria se sentirá amparada por este projeto.

Vivianne Braga, presidente da ARPEN-PB

“

A Corregedoria viu a possibilidade de fazermos isso juntos, sem custos para o registrador civil, num trabalho voltado à conservação de livros que, por vezes, são seculares; um trabalho de preservação da memória da sociedade.

*Carlos Ulysses de Carvalho Neto
presidente da Anoreg-PB*

ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO DE NORMAS EXTRAJUDICIAL



Primeira reunião do GT no auditório da CGJ/Esma

No dia 21 de julho de 2023, o corregedor-geral de Justiça, desembargador Carlos Beltrão, assinou a Portaria nº 01/2023, instituindo um Grupo de Trabalho, com a incumbência de aperfeiçoar e atualizar o Código de Normas Extrajudicial da Corregedoria Geral de Justiça da Paraíba.

Coordenado pelo juiz corregedor Antônio Carneiro, o GT teve como integrantes: o juiz Romero Carneiro Feitosa (titular da Vara de Feitos Especiais da Comarca da Capital); o presidente da Associação dos Notários e Registradores da Paraíba (Anoreg/PB), Carlos Ulysses Neto; a

presidente da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais da Paraíba (Arpen/PB), Vivianne Braga; o presidente do Colégio Notarial do Brasil – Seção Paraíba (CNB/PB), Sérgio Cavalcanti de Albuquerque; a presidente da Associação dos Registradores de Imóveis da Paraíba (ARI/PB), Cláudia Lima Marques; os delegatários Raul Pequeno Sá Carvalho, Luiz Meneghel Bettiol e Thiago Pacheco Medeiros, e as delegatárias Maria de Lourdes Coutinho Torres de Freitas e Rainer Carneiro Marques Lima.

A minuta com as sugestões propostas pelo Grupo de Trabalho foi entregue no dia 11 de outubro de 2024 ao corregedor-geral de Justiça, desembargador Carlos Beltrão. O ato de entrega contou com a presença dos desembargadores Fred Coutinho e Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, ambos, ex-corregedores-gerais.

O provimento com as alterações do Código foi assinado no dia 30 de janeiro de 2025.



Entrega da minuta ao corregedor Beltrão

‘ATOS E POESIAS’

**Humor e emoção
nos palcos de João
Pessoa, Campina
Grande e Princesa
Isabel para narrar
a história dos
cartórios do Brasil
e homenagear a
atividade
extrajudicial da
Paraíba**



A valorização da atividade extrajudicial foi destacada em manifestações diversas pela gestão 2023-2024 da CGJ-PB, assumindo, inclusive, o formato de peça teatral. Escrita pelo juiz corregedor Antônio Carneiro de Paiva Júnior, a peça **‘Atos e Poesias – a história dos cartórios no Brasil escrita com fé de ofício’** narrou a evolução dos cartórios do Brasil e homenageou os cartórios da Paraíba em três encenações pelo Estado.

A primeira apresentação ocorreu no dia 26 de junho de 2024, no Teatro Paulo Pontes, na Capital paraibana. No dia 13 de agosto de 2024, o espetáculo chegou ao Município de Campina Grande, desta vez, no Teatro Facisa. A terceira e última encenação ocorreu no dia 13 de novembro, na cidade de Princesa Isabel, na Escola Nossa Senhora do Bom Conselho.

A obra foi encenada pela Companhia Paraíba de Dramas e Comédias, com direção de Erivan Lima, que deu vida às cenas junto aos demais integrantes do elenco: Anna Raquel Apolinário, Leonardo Santiago, Ana Tavares, Isabella Cavalcante, Ademilton Barros, Bruno Feitosa e Rani Meireles.

A sonoplastia ficou a cargo de Matheus Cavalcante e a iluminação, de Cledenilson da Silva. Adriana Cavalcante foi responsável pela produção; Romilson Rodrigues, pela maquiagem e Jairo Gomes, pela musicalização.

O trabalho teve o apoio do TJPB, por meio da Corregedoria Geral de Justiça, Anoreg-PB, Arpen-PB, Associação dos Registradores de Imóveis (ARI-PB), Instituto de Protestos (IEPTB), Colégio Notarial do Brasil (CNB-PB) e Japungu Agroindustrial.





*“Nossos delegatários exercem a missão com dedicação e profissionalismo. Esse serviço de excelência coloca os cartórios do Brasil entre as instituições de maior confiança e credibilidade dos brasileiros. É uma honra contar um pouco desta história”.
(Antônio Carneiro - autor da Peça)*



AÇÕES EM PROL DA EXECUÇÃO PENAL

CGJ e GMF: Inspeções conjuntas

A Corregedoria Geral de Justiça da Paraíba e o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF) do Tribunal de Justiça da Paraíba assinaram o **Ato Conjunto GMF/CGJ nº 01/2023**, publicado no Diário da Justiça eletrônico (DJe) de 2 de agosto de 2023, instaurando, de forma permanente, inspeções conjuntas nos estabelecimentos penais do Estado da Paraíba.

Desde então, as inspeções prisionais contaram com as presenças dos desembargadores Carlos Martins Beltrão Filho (corregedor-geral de Justiça) e Joás de Brito Pereira Filho (presidente do GMF); dos juízes corregedores Carlos Neves da Franca Neto e Aparecida Sarmiento Gadelha; da juíza auxiliar da Presidência do TJPB e coordenadora do GMF, Micheline Jatobá; da gerente do GMF, Cármen Fonseca, bem como dos representantes da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (Seap), João Alves (secretário) e João Paulo Barros (secretário executivo).

A primeira inspeção conjunta ocorreu na Penitenciária ‘Desembargador Silvio Porto’, em João Pessoa, no dia 3 de agosto. No dia 16 do mesmo mês a segunda inspeção aconteceu na Colônia Agrícola Penal da cidade de Sousa.

No dia 31 do mesmo mês, se deu a terceira inspeção conjunta, desta vez, na Penitenciária Regional Raimundo Asfora, (‘Presídio do Serrotão’), em Campina Grande.

No Município de Patos, a inspeção ocorreu na Penitenciária Padrão ‘Romero Nóbrega’ e no Presídio Regional Feminino, ambos no dia 27 de setembro.



Inspeção na Colônia Agrícola de Sousa



Presidência. CGJ e GMF em inspeção

Em Guarabira, a inspeção conjunta entre a CGJ e o GMF contou, ainda, com a presença do presidente do TJPB, desembargador João Benedito da Silva. O trabalho ocorreu na Penitenciária ‘João Bosco Carneiro’ e no Presídio Regional ‘Vicente Claudino de Pontes’ no dia 16 de novembro de 2023, para observar o funcionamento dos estabelecimentos prisionais.

Na Cadeia Pública de Bayeux, houve inspeção conjunta no dia 6 de junho de 2024, ocasião em que os presentes examinaram junto à Direção a situação da alimentação, segurança, lotação, assistências jurídica, educacional, à saúde, entre outros aspectos.

Mais uma inspeção conjunta ocorreu na Cadeia Pública de Areia, quando da realização da correição na Comarca, no dia 11 de setembro de 2024.



Inspeção na Cadeia Pública de Bayeux



Inspeção da CGJ na Penitenciária de Santa Rita

Também foram inspecionadas pela Corregedoria Geral de Justiça todas as unidades prisionais das comarcas onde foram realizadas correições presenciais: Jacaraú, Gurinhém, São João do Rio do Peixe, Boqueirão, Itaporanga, Coremas, Catolé do Rocha, Sumé, Cabedelo, Santa Rita, Bayeux, Piancó, Araruna, Areia e Princesa Isabel.



Inspeção da CGJ na Cadeia Pública de Araruna

Atos Conjuntos

A Corregedoria e o GMF atuaram conjuntamente em outras matérias atinentes à Execução Penal, com destaque para os Atos Conjuntos a seguir:

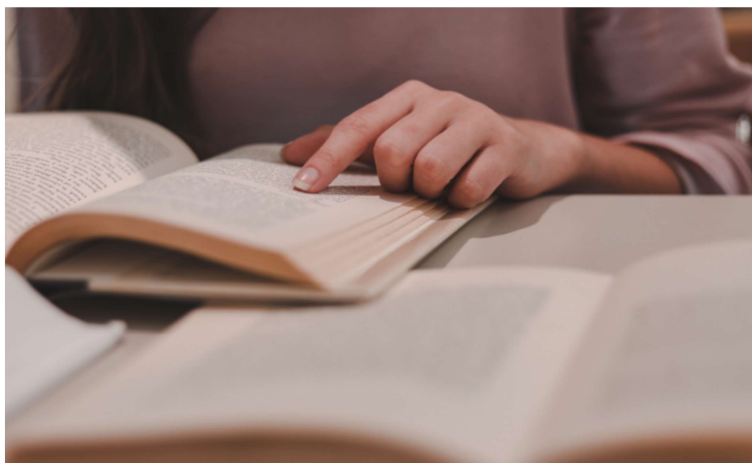
O **Ato Conjunto CGJ/GMF nº 03/2023**, publicado no Diário da Justiça Eletrônico do dia 20 de julho de 2023, instituiu regime especial para realização de mutirão processual penal.

O **Ato Conjunto CGJ/GMF nº 05/2023**, publicado no Diário da Justiça Eletrônico do dia 8 de janeiro de 2024, regulamentou, no âmbito do Poder Judiciário estadual, procedimentos e diretrizes a serem observados para o reconhecimento do direito à remição de pena, por meio de práticas sociais educativas às pessoas privadas de liberdade, independentemente do regime de cumprimento de pena.

O **Ato Conjunto CGJ/GMF nº 01/2024**, publicado no Diário da Justiça eletrônico de 29 de fevereiro de 2024, determinou a interdição parcial da Penitenciária de Psiquiatria Forense (PPF), proibindo o ingresso de novos pacientes em suas dependências a partir de 28 de fevereiro de 2024, inclusive para o fim de realização de exame de insanidade mental. A medida está alinhada à Política Antimanicomial do Poder Judiciário, estabelecida pela Resolução do CNJ nº 487 /2023, que dispôs sobre procedimentos e diretrizes para implementar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei nº 10.216/2001, no âmbito do processo penal.

Ressocialização na mira da Corregedoria

Com o **Ato Conjunto CGJ/GMF nº 02/2024**, publicado no Diário da Justiça eletrônico (DJe) de 21 de outubro de 2024, a CGJ e o GMF instituíram, no âmbito do Estado da Paraíba, o Projeto **‘Roda de Leitura’**, que visa incentivar a prática da leitura pelos reeducandos do sistema penitenciário estadual, como forma de remição de pena.



O Projeto **‘Roda de Leitura’** consiste na leitura compartilhada pelos reeducandos de obras literárias da literatura nacional e internacional, previamente selecionadas, e na posterior apresentação de trabalhos avaliativos, que poderão ser em forma de resenhas, resumos, discussões orais ou outras formas de expressão escrita ou oral, conforme a estrutura disponibilizada em cada unidade prisional.

Foco no cumprimento adequado da pena de privação de liberdade

A busca por condições adequadas para o cumprimento da pena de privação de liberdade no Estado resultou em diversas reuniões realizadas na Corregedoria ao longo do biênio para aperfeiçoar os fluxos das Audiências de Custódia, acompanhar o andamento da instalação da Central Integrada de Alternativas Penais da Paraíba (Ciap), promover ampliação da Monitoração Eletrônica no Estado, fortalecendo, assim, os equipamentos das portas de entrada e saída do Sistema Prisional.



Visita à reforma do Presídio Sílvia Porto

Em janeiro de 2024, o juiz corregedor Carlos Neves da Franca Neto acompanhou *in loco* as obras na Penitenciária Desembargador Sílvia Porto, no bairro de Mangabeira VIII, em João Pessoa, executadas com o objetivo de ampliar o número de vagas naquela unidade prisional por meio da incorporação de dois novos pavilhões.

Em fevereiro de 2024, foram iniciados estudos para regulamentar as internações compulsórias determinadas pela Justiça. O trabalho foi conduzido

pelo magistrado Carlos Neves, junto à juíza corregedora Aparecida Gadelha, com participação das representantes da Diretoria do Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira, Camilla de Almeida Franca Falcão (psiquiatra e diretora técnica) e Anna Alice Franca Falcão (assessora jurídica).

No Pedido de Providências, foi apresentada a necessidade de regulamentação da matéria para melhor facilitar a internação e a desinternação dos pacientes usuários do serviço.

Em abril de 2024, o juiz corregedor Carlos Neves voltou a se reunir com o Grupo de Trabalho instituído pela CGJ para dar continuidade à implantação da Central de Regulação de Vagas da Paraíba (CRV-PB) e definir o modelo a ser adotado pelo Estado.

A Central de Vagas é um instrumento idealizado pelo CNJ a fim de estabelecer uma sistemática de gestão de vagas das unidades prisionais, regulando o fluxo de entrada e de saída e garantindo mais equilíbrio e controle da ocupação carcerária. A iniciativa integra as ações do Programa Fazendo Justiça do CNJ, que incide em diferentes fases do ciclo penal e do ciclo socioeducativo.

A group of approximately ten people are seated around a long, white-covered conference table in a meeting room. The participants, including men and women of various ages, are dressed in business attire. Some are looking towards the center of the table, while others are looking towards the right. On the table, there are several glasses of water, a smartphone, and some papers. In the background, three flags (the flag of the Republic of Moldova, the flag of Romania, and the flag of the European Union) are displayed on poles. A large window with a white frame is visible on the right side of the room. The room has a modern, minimalist design with white walls and a wooden floor.

Também no 2º semestre de 2024, o magistrado Carlos Neves promoveu uma série de reuniões presenciais e virtuais, nas quais foram debatidas melhorias relacionadas à estrutura de acolhimento dos reeducandos, além da implementação de políticas voltadas à educação, saúde, leitura, ressocialização e outras iniciativas.



O diálogo envolveu a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP); a Gerência Executiva do Sistema Prisional (Gesip) e a Direção das unidades prisionais de Sumé, Monteiro, Coremas, Bayeux, Itaporanga, Boqueirão, Cubati e Picuí.

Educação como ferramenta fundamental



Integrantes da CGJ e da SEE presentes na reunião

Em dezembro de 2024, integrantes da CGJ e da Secretaria de Estado da Educação (SEE-PB) dialogaram sobre a educação voltada às pessoas privadas de liberdade.

A reunião buscou uma atuação conjunta direcionada a estruturar as salas de aula dentro das unidades prisionais e fortalecer os projetos de remição da pena pela leitura.

Na ocasião, o juiz corregedor Carlos Neves explicou que muitas cadeias do Estado não dispõem de espaços adequados para a realização das

atividades educacionais, que acabam sendo realizadas nos pátios das unidades prisionais.

Casamento coletivo de reeducandos na Capital

Uma cerimônia de casamento coletivo envolvendo pessoas em privação de liberdade na Capital paraibana foi realizada por meio de parceria entre Corregedoria Geral de Justiça da Paraíba, Vara de Execução Penal da Capital (VEP), Secretaria de Administração Penitenciária (Seap), Direções das unidades prisionais da Capital, Anoreg, Arpen e Conselho da Comunidade.

O evento ocorreu no dia 5 de dezembro de 2023, no Centro Estadual de Formação de Professores, em João Pessoa, com 35 casais. Entre os nubentes, estavam reeducandos da Penitenciária Silvio Porto, do Presídio do Róger e da Penitenciária Geraldo Beltrão.



Corregedor orienta nubentes antes da cerimônia

INVESTIMENTOS EM TECNOLOGIA

A Gerência de Tecnologia da Informação (GETEC) da Corregedoria Geral de Justiça da Paraíba, sob o comando do gerente Alberto Marcus Risucci, fez a entrega de importantes ferramentas tecnológicas que aprimoraram os trabalhos do Órgão Censor do TJPB, entre as quais estão os painéis relacionados ao PJeCOR, ao Desempenho das Unidades Judiciárias, à Adoção e às Correições Presenciais. A CGJ inovou, também com a nova Central de Serviços, os Sistemas de Análise e Controle da Litigância Abusiva (LitisControl) e de Análise de Prisões Preventivas (SAPP), além da ferramenta de Gestão Eletrônica de Documentos (GED).

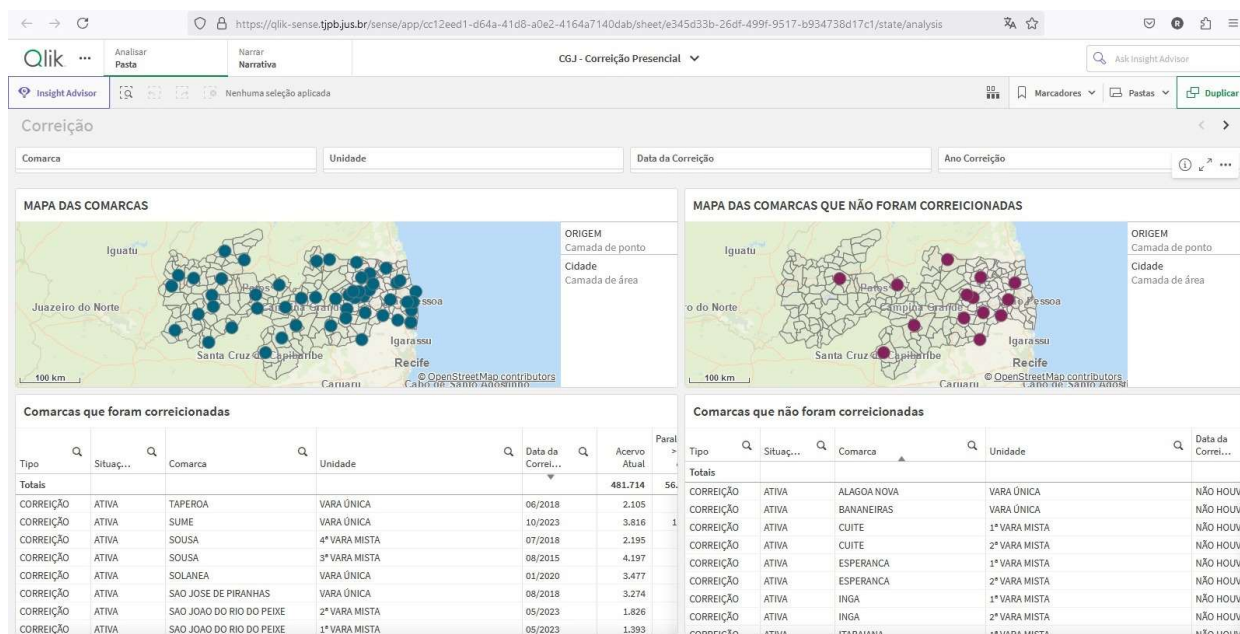


O **Painel PJeCOR** permitiu um melhor acompanhamento dos processos da própria Corregedoria a fim de se obter um fluxo processual mais célere. Ele dispõe de informações processuais e produtividade de servidores e magistrados.

O **Painel Adoção** relacionou os processos em tramitação de competência da Infância e Juventude, que versam sobre adoção, Destituição do Poder Familiar (DPF) e medidas de acolhimento.

A ferramenta **Ranking de Desempenho das Unidades na Correição Virtual** possibilitou listar as unidades judiciárias a partir do cruzamento de dados colhidos na correição virtual anual, realizada em agosto de cada ano.

Com a nova **Central de Serviços**, em funcionamento desde o dia 5 de julho de 2024, o usuário passou a registrar a solicitação, acompanhar a evolução do seu chamado e avaliar o atendimento prestado por meio da pesquisa de satisfação. O mecanismo aperfeiçoou e deu mais rapidez às resoluções das demandas dos usuários, unificando os serviços de atendimento de chamados da Corregedoria.



Painel de Inspeções e Correições

No mês de novembro de 2024, foi lançado o **Painel de Inspeções e Correições Presenciais**, capaz de fornecer informações sobre as correições e inspeções nas Comarcas do Estado, com dados básicos das unidades judiciárias, derivados do Painel PJe, como: Acervo Atual, Paralisados há mais 100 dias e o período em que aconteceu o procedimento na Comarca.

Já o **LitisControl** – foi desenvolvido com o objetivo de oferecer à magistratura instrumentos para identificar semelhança entre o processo analisado em sua vara e os demais em tramitação no PJe quanto à classe, ao conjunto de assuntos e às partes, permitindo a adoção de medidas relacionadas à litigância abusiva no Poder Judiciário.

Junto ao LitisControl, foi criado o **SAPP**, destinado a acompanhar as prisões preventivas em trâmite no Estado da Paraíba, assegurando o cumprimento dos prazos legais e das garantias processuais. Ambos foram lançados por meio do Ato Normativo nº 01/2024, publicado no Diário da Justiça eletrônico do dia 25 de novembro de 2024.

A ferramenta de **Gestão Eletrônica de Documentos – GED** – foi configurada para permitir o armazenamento de decisões prolatadas no PJeCor, garantindo uma consulta mais rápida em documentos PDF e facilitando o acesso à jurisprudência dessa Corregedoria.

Prêmio Corregedoria Ética

***‘Litiscontrol’
leva CGJ-PB
a alcançar o
1º lugar
na categoria
‘Boas Práticas’
do Prêmio
Corregedoria
Ética, do
Conselho
Nacional de
Justiça (CNJ).***



Idealizador da ferramenta, Alberto Risucci, com prêmio

Pelo desenvolvimento e implantação do sistema de Análise e Controle de Litigância Abusiva (LitisControl), a Corregedoria Geral de Justiça do TJPB foi premiada pelo CNJ, ficando em 1º lugar, na categoria ‘Boas Práticas’, na 2ª Edição do Prêmio “Corregedoria Ética”. A premiação ocorreu no dia 3 de dezembro de 2024, durante o 18º Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em Campo Grande (MS). O desembargador Leandro dos Santos participou do evento representando o corregedor-geral de Justiça do TJPB, desembargador Carlos Beltrão.

O prêmio é concedido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para estimular melhorias no cumprimento das metas nacionais e diretrizes estratégicas específicas das corregedorias e disseminar ações inovadoras criadas pelos órgãos correcionais.

O **Litiscontrol** resultou da atuação dos integrantes do Núcleo de Monitoramento do Perfil de Demandas (Numopede) da CGJ-PB e do Centro de Inteligência e Inovação (CEIIN) do TJPB, coordenados respectivamente pelo juiz corregedor Carlos Neves e pelo desembargador Leandro dos Santos.

O desenvolvimento do sistema foi feito pelo gerente de Tecnologia da Informação da CGJ, Alberto Marcus Risucci de França Costa, com o apoio da Diretoria de Tecnologia da Informação do TJPB.

CEJA – 30 anos focados em melhorias para a área da Infância e Juventude

A Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja) da Corregedoria Geral de Justiça da Paraíba completou 30 anos de existência no dia 22 de junho de 2024 e ganhou uma logomarca e uma celebração especial pelas três décadas de atuação desenvolvendo atividades relacionadas a temas como: Adoção Internacional, alimentação dos cadastros de adoção e acolhimento, a exemplo do SNA, campanhas de incentivo à adoção em todo o Estado, busca pela família biológica de pessoas adotadas, entre outras ações.



No dia 5 de julho, em evento realizado no auditório da CGJ/Esma, o corregedor-geral de Justiça, desembargador Carlos Beltrão (presidente da Ceja), a juíza corregedora Aparecida Gadelha (secretária executiva da Ceja), e a secretária administrativa da Comissão Ana Cananéa apresentaram os avanços da Comissão implementados durante a gestão: o novo fluxo para a realização da Adoção Internacional; o novo sistema para acompanhamento pela Ceja dos processos e prazos relacionados à Destituição do Poder Familiar (DPF), ao Acolhimento e à Adoção.



Premiação dos alunos vencedores do XII Concurso de Redação

Na ocasião, foi feita a entrega de prêmios (notebooks e tablets) aos estudantes vencedores do **XII Concurso de Redação** sobre o tema Adoção, lançado pela Ceja no dia 23 de maio de 2023, Escola Estadual Rebeca Cristina Alves Simões, na Capital, com o objetivo de levar a temática para as salas de aulas e provocar o debate entre os alunos e suas redes de convivência.

O concurso envolveu alunos de 35 escolas públicas e recebeu 296 redações escritas por alunos do 6º ao 9º anos e do Programa de Educação para Jovens e Adultos (EJA), das quais 48, foram classificadas e 10, vencedoras.



Evento alusivo aos 30 anos da CEJA / Premiação dos alunos

Outras ações da Ceja

Em novembro de 2023, a juíza corregedora Aparecida Gadelha participou da **Conferência Latino-Americana de Adoção**, promovida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, em Brasília. No evento, os participantes discutiram assuntos como: destituição do Poder Familiar, adoção internacional sob o olhar da Psicologia e a situação das crianças acolhidas nas áreas de fronteira.

“

A adoção internacional é subsidiária, mas é um recurso importante porque alcança crianças que estão fora do perfil dos adotantes do país, como grupos de irmãos, crianças mais velhas ou com problemas de saúde. Precisamos investir em todas as possibilidades.

Juíza corregedora Aparecida Gadelha

Em 2024, a Ceja-PB foi escolhida para compor Comissão Especial de Autoridades Centrais Estaduais para atuar como órgão nacional consultivo, em se tratando de Adoções Internacionais, junto às Cejas dos Estados de Santa Catarina, Espírito Santo, Amapá e Mato Grosso. A escolha foi feita durante a 25ª Reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras para Adoção Internacional de Crianças e Adolescentes (CACB).

Em outubro de 2024, os membros da Ceja homologaram a habilitação de um casal de estrangeiros para a adoção de crianças brasileiras. O processo envolveu adotantes residentes na Suíça e foi relatado pela juíza corregedora Aparecida Gadelha. O deferimento do pedido foi unânime, após análise dos laudos de avaliação psicológica, detalhados pela Ceja, preenchendo todos os requisitos exigidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelo regulamento interno da Corregedoria.

No biênio, a juíza corregedora Aparecida Gadelha também atuou junto à Coordenadoria da Infância e Juventude (Coinju) do TJPB na construção de um normativo para padronizar e definir fluxos de funcionamento do Programa de Entrega Voluntária, que envolve o atendimento e o acolhimento às gestantes ou parturientes que desejam entregar o filho para a adoção.

A Ceja desenvolveu, ainda, o Projeto ‘Bem-me-Quer’ e o ‘Selo Amigo da Criança e do Adolescente’, com a finalidade de fomentar o apadrinhamento de crianças maiores e adolescentes que não figuram entre os perfis mais adotados, mas ambos aguardam implementação.

“

***O amor é o combustível que move a Ceja.
Esta é uma comissão que tem ciclos de
plantio e de colheita, que assume o
compromisso de avançar
e de deixar plantadas novas sementes
para os que virão.***

Juíza corregedora Aparecida Gadelha

Conclusão

Este relatório apresentou as principais atividades realizadas pela Corregedoria de Justiça do Estado da Paraíba no período de fevereiro de 2023 a fevereiro de 2025, durante a gestão do então corregedor-geral de Justiça da Paraíba, desembargador Carlos Martins Beltrão Filho, que instituiu como parâmetros para as ações a escuta, a orientação, as soluções consensuais e dialogadas, a legalidade e o trato humanizado de todas as questões.

Durante o período, a gestão primou, ainda, pelo fortalecimento da harmonia entre as instituições, mantendo diálogos constantes com órgãos de todos os Poderes.

O investimento em ferramentas tecnológicas para aprimoramento dos trabalhos correccionais e para a celeridade das decisões também foi estimulado, com o objetivo de manter a CGJ-PB em contínuo avanço e de oferecer à gestão seguinte um terreno promissor para a continuidade da modernização.

Cumprir registrar o fundamental empenho dos integrantes de todos os setores da CGJ-PB no desenvolvimento harmônico das atividades diárias e na busca permanente por um Judiciário paraibano mais eficiente, moderno, célere e eficaz em sua missão de promover a justiça social.